



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16887 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A nova filantropia e a compreensão da educação infantil a partir de concepções economicistas
Mirian França Santos - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO - USP

Bianca Cristina Correa - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A NOVA FILANTROPIA E A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DE CONCEPÇÕES ECONOMICISTAS

Este trabalho apresenta discussões oriundas de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo tem sido investigar como as concepções de cunho filantropocapitalista têm influenciado e se expressado nas políticas educacionais voltadas para a infância no Brasil na atualidade. A pesquisa conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Filantropocapitalismo”, ou “nova filantropia”, designa uma fusão entre filantropia e capitalismo, em que seus sujeitos, identificados como “filantropos de risco”, empregam abordagens empresariais e de mercado no enfrentamento dos problemas sociais, dentre eles os que dizem respeito à educação pública.

No Brasil, mas não somente nele, a história da Educação Infantil (EI) foi marcada pela presença da relação entre filantropos e o poder público (Kuhlmann Jr., 2015; Rosemberg; Campos, 1998). Todavia, se as antigas formas de filantropia se constituíam, em tese, no ato de doar para ajudar, revestidas por uma suposta benevolência, a “nova” filantropia difere-se da

anterior ao ter explícita a intenção em obter lucro a partir da atuação em questões sociais. Nesse sentido, as “doações” passam a ser entendidas como investimentos (Ball, 2014), aumentando-se a atenção dada ao monitoramento do gasto do dinheiro e à mensuração dos resultados pretendidos.

Conforme discutem Rebecca Tarlau e Kathryn Moeller (2020), esse movimento também pertence a um processo de angariar poder e, assim, reconstituir a educação pública a partir dos interesses e ideais de tais filantropos, os quais se organizam, muitas vezes, em fundações. Ao analisarem a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as autoras identificam uma característica de atuação desses grupos, argumentando que o processo acelerado de elaboração e aprovação desse documento resultou de um “consenso por filantropia”, o qual elas definem da seguinte forma:

[...] quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública, a despeito de tensões significativas, transformando a política pública em questão numa iniciativa amplamente aceita (Tarlau, Moeller, 2020, p. 554).

Nesse sentido, nota-se um aumento da autoridade privada, em detrimento da autoridade pública, na determinação de prioridades educacionais e na construção de discursos legítimos acerca do funcionamento e do conteúdo da educação (Robertson; Verger, 2012).

No âmbito da EI, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) tem se constituído como um dos principais sujeitos na disseminação de concepções economicistas da educação das crianças pequenas. Tais concepções supervalorizam os supostos retornos financeiros que a EI geraria. Toma como principal referência os trabalhos do economista estadunidense James Heckman, o qual defende que o “investimento” em EI seria vantajoso pois preveniria que as crianças se tornem adultos beneficiários de programas sociais, os quais seriam mais onerosos para o Estado do que os programas pré-escolares (Heckman et al., 2010).

Apoiando-se na teoria do capital humano, Heckman et al. (2010) desconsideram as determinações sociais no percurso de vida das pessoas, atribuindo aos indivíduos uma responsabilização exclusiva por suas condições de existência. Por isso, rejeitando a ideia de que seria necessário aumentar os gastos por aluno para garantir uma educação de qualidade, defende uma ênfase no desenvolvimento de “habilidades interpessoais”, as quais envolveriam seriedade, perseverança, sociabilidade e curiosidade e se constituiriam, principalmente, nos

primeiros três anos de vida (Spring, 2018).

Tal ênfase condiz com o ideário neoliberal de formação de sujeitos autodisciplinados e resilientes, necessária a uma sociedade regida por uma lógica individualista e concorrencial e em que as políticas redistributivas e de proteção social vêm sendo cada vez mais reduzidas (Dardot; Laval, 2016).

Ainda que comumente os grupos ligados à “nova” filantropia se apresentem como “técnicos”, invocando uma suposta neutralidade política, suas ações se mostram alinhadas a projetos societários específicos, os quais prevêm a retração do Estado nas políticas sociais, dentre elas a educação, e a impulsão de recursos públicos para o setor privado (Peroni; Lima, 2020). Nesse sentido, intentamos analisar as incidências de concepções filantrocapiatalistas na EI, investigando as formas pelas quais elas vêm adentrando discursos e normativas referentes a essa etapa educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Gestão Educacional; Nova Filantropia.

REFERÊNCIAS

BALL, S. **Educação Global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Editora UEPG, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo Editorial, 1ª ed., 2016.

HECKMAN, J.; MOON, S.; PINTO, R.; SAVELYEV, P.; YAVITZ, A. The rate of return to the HighScope Perry Preschool Program. **Journal of Public Economics**, v. 94, n. 1-2, p. 114-128, 2010.

KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação. 7ª ed., 2015.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-20, 2020.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 1133-1156, 2012.

ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (Orgs.). **Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte**. Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2ª ed., 1998.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020